

Fóruns Públicos nas Províncias de Nampula,
Zambézia, Sofala e Manica, em 1996

RELATÓRIO



Produzido pelo 
Financiado pela USAID

*Under USAID/Mozambique
Democratic Initiatives Project,
No. 656-0227
Grant No. 656-0227-A-00-6005-00*

"Este relatório foi feito com o apoio do Office of Democratic Initiatives, Mozambique Mission da U.S. Agency for International Development, nos termos que orientam a verba n. 656-0227-A-00-6005-00. As opiniões expressas neste relatório são da responsabilidade do autor e podem não reflectir os pontos de vista da U.S. Agency for International Development."

Índice

I. Introdução.....	1
Objectivos	
Preparativos	
II. Fórum Público de Nampula.....	5
Avaliação	
III. Fórum Público de Quelimane.....	13
Avaliação	
IV. Fórum Público da Beira.....	22
Avaliação	
V. Fórum Público de Chimoio.....	29
Avaliação	
VI. Resultados Gerais.....	35
VII. Lições aprendidas.....	37

Anexos

I. INTRODUÇÃO

O NDI promoveu a realização do Fórum Público nas cidades de Nampula, Quelimane, nos dias 12 e 26 de Setembro, e em Beira e Chimoio, respectivamente a 02 e 09 de Outubro de 1996, antes da V sessão da Assembleia da República.

O Fórum Público é uma actividade complementar do programa de Educação Cívica geral, que o NDI começou em 1995. De acordo com as sondagens de opinião pública realizadas pelo NDI "nas cidades encontramos, mais frequentemente que nas zonas rurais, a repetição de frases feitas, o que demonstra que há leituras ou recepção de informação, mas ausência de debate que esclareça o significado das coisas". As sondagens que o NDI levou a cabo sobre a participação da sociedade civil confirmam que os cidadãos moçambicanos, em geral, sabem muito pouco sobre o papel da Assembleia da República e acreditam que os deputados se encontram distanciados das preocupações diárias da maior parte das pessoas. Por outro lado, os inquiridos exprimiram o desejo de conhecerem melhor a instituição e ver as "caras" por detrás dos partidos por eles escolhidos.

OBJECTIVOS

Este programa tem por finalidade aumentar o reconhecimento de que as rápidas mudanças económicas e políticas decorrentes, devem ser acompanhadas por um reforço da infraestrutura civil.

É importante que o trabalho dos deputados seja visível aos seus eleitores, de modo a que a Assembleia da República ganhe o respeito da sociedade civil e seja vista como um órgão legítimo e democrático. Ao consultar os seus eleitores sobre as suas necessidades e ideias, os deputados estabelecem uma relação com a sociedade civil e aumentam a compreensão e o significado da democracia.

O Fórum Público pretende que os cidadãos se envolvam no processo de tomada de decisões, engajando-se nos esforços de resolução de problemas com outros membros da sua comunidade e os seus representantes na Assembleia da República.

PREPARATIVOS

Em Abril de 1996, o NDI realizou um seminário de formação para os coordenadores provinciais de Educação Cívica do NDI, em Maputo, durante o qual, estes foram preparados com informação sobre os foruns. Os coordenadores receberam orientações para, nas suas cidades, começarem a procurar possíveis locais, estabelecerem contactos com os meios de informação e sobretudo com a R.M. para transmissão do forum e aluguer de amplificação sonora.

O programa Fórum Público foi proposto às ONGs e Associações locais, em cada uma das quatro cidades de Nampula, Quelimane, Beira e Chimoio, aquando da realização do Seminário de Intercâmbio de ONGs, em Julho de 1996. Nessa altura, o Forum Público, apresentado como um tema do seminário, resultou na ideia partilhada pelos participantes sobre a importância deste tipo de evento. Os participantes dos seminários manifestaram o seu interesse em ver os seus representantes eleitos da AR, prestando contas ao seu eleitorado. Estes foram unânimes ao lamentarem a falta de comunicação com os seus representantes na AR.

O trabalho de preparação prosseguiu com a realização de encontros com o mesmo grupo de ONGs locais que haviam participado nos seminários. Em cada uma das cidades, foi escolhido um MODERADOR para orientar o forum. Foi durante estes encontros que se fez a escolha dos representantes das ONGs que iriam fazer parte do painel, como LIDERES COMUNITÁRIOS, colocando questões aos deputados.

Entretanto, em Maputo, iniciaram-se os contactos com a Assembleia da República, e por sugestão dos chefes de bancadas, a escolha dos deputados a participarem no painel foi feita através dos contactos estabelecidos com os "cabeças de lista" de cada bancada parlamentar, em cada uma das 4 províncias.

Durante os encontros de preparação que o NDI teve com os membros das Associações e ONGs locais, foi elaborada uma lista de questões que estes gostariam de apresentar aos deputados; cada membro do painel escolheu então a questão ou grupo de questões que iria apresentar no Fórum Público. Estas questões foram então completadas no seio de cada organização e nos últimos encontros de preparação, os líderes comunitários avançaram também com ideias e propostas que iriam apresentar, considerando os problemas colocados, e como forma de contribuírem para o

trabalho dos deputados, dando o seu parecer sobre como parte desses problemas poderiam ser resolvidos.

O NDI preparou uma série de documentação distribuída às Associações e ONGs locais e que serviu de apoio para os envolvidos na preparação do Fórum Público:

- **O que é um Fórum Público**
- **Estrutura da Assembleia da República**
- **Lista de deputados e sua distribuição por província**
- **Guia do moderador**

Estes documentos foram entregues aos deputados, na mesma altura em que as listas com as questões dos líderes comunitários que fariam parte do painel, foram também entregues aos deputados, membros do painel.

Paralelamente, o contacto com os Orgãos de Comunicação, que tivera início nos Seminários de Intercâmbio, foi mantido. Foi feita a cobertura jornalística dos encontros de preparação. A mesma lista de documentos foi também entregue aos jornalistas, como forma de lhes facultar informação para uma melhor cobertura do Fórum. Uma semana antes de cada Fórum, o NDI, enviou de Maputo, uma nota de imprensa sobre a realização do mesmo, a todos os Orgãos de Comunicação representados em cada uma das quatro cidades.

Durante o período de preparação, foi assegurada a cobertura em directo do Fórum Público, em cada umas das cidades, pela Rádio Moçambique.

Entretanto, foram produzidos spots publicitários sobre a realização do evento, que em português e nas línguas nacionais de cada província, foram transmitidos 3 dias antes da realização do Fórum, chamando a atenção das pessoas para acompanharem pela rádio a realização do Fórum. Foi desta forma que várias pessoas correram ao local do Fórum.

Com base no Banco de Dados do NDI e nas informações facultadas pelas diferentes ONGs em cada cidade, foi feito um levantamento de todas as organizações e associações humanitárias, culturais, desportivas, religiosas e empresariais a serem convidadas. Nos contactos mantidos com os governos provinciais, através do

Gabinete do Governador, estes facultaram também a lista dos seus membros e a lista de anciãos em cada cidade. A partir daqui, foi elaborada uma lista de convidados que incluiu os partidos políticos, deputados e personalidades, em cada cidade. Foram convidadas, em média, 150 pessoas a participarem no Fórum Público.

A agenda proposta foi a mesma usada para todos os fóruns; com a duração de 3 horas, cada Fórum foi antecedido por uma actuação cultural de meia hora, que permitiu que todos os convidados tomassem os seus lugares a tempo. A agenda aprovada foi antecipadamente distribuída com uma carta e um bilhete de entrada, a cada convidado.

À entrada do Fórum, os convidados teriam que devolver o bilhete recebido, devidamente preenchido (nome e instituição); no entanto, apenas cerca de 50% dos bilhetes foram entregues. O controle de presenças foi feito através de uma lista que circulou por todos os participantes e onde eles escreveram os seus nomes e instituições a que pertencem.

II. NAMPULA - 12 de Setembro de 1996

Local: Hotel Nampula

Fizeram parte do painel, as seguintes pessoas:

Moderador:

Pastor Motiua, do Conselho Cristão de Moçambique

Deputados:

Eduardo Nihia
Barros Namuraha
Tarcisio Gemusse

Líderes

Comunitários:

Mariamo Ossifo, Epophorro
Rosa Vianeque, Associação da Mulher Rural
Arlindo Muririua, ADOC
Inácio Mariamo, OTC-CS
António Cardoso, ASSANA

Presentes: 104 convidados

Os líderes comunitários, com base na lista de questões preparadas pelas ONGs locais no seminário de Intercâmbio, colocaram as seguintes questões:

- O que fazem os deputados no Parlamento e nos seus círculos eleitorais
- O que fazem as Comissões
- Qual é a tarefa mais importante da Assembleia da República
- Como foram escolhidos os deputados? Foi o povo que os elegeu?
- Como é que os deputados pensam que se poderá eliminar a baixa formação da mulher
- O que fazem os deputados em prol da luta pela igualdade de direitos
- Que dispositivos legais estão a ser elaborados com vista à formação da mulher a todos os níveis
- O que tem sido feito pelos Srs. deputados, junto do Ministério do Interior, com vista a melhorar a situação da polícia
- Qual é o critério utilizado para o recrutamento do pessoal para a

Polícia

- Qual é a contribuição dada pelos deputados, no sentido de se evitar o aumento galopante do custo de vida
- Como é que os deputados encaram o desemprego em Nampula, tendo em conta que atinge nesta província níveis extremos
- Qual é o papel do deputado em relação à falta de investimentos na província de Nampula
- O que fazem os deputados em relação aos direitos dos trabalhadores
- Como é que os deputados trabalham com as ONGs locais
- Como é que os deputados apoiam as ONGs nacionais
- Como é que os deputados comunicam com as organizações comunitárias de base

As respostas dadas pelos srs. deputados às questões colocadas pelos líderes comunitários basearam-se, em muitos casos, na Constituição da República. Quando se quis saber como teriam sido eleitos os deputados, ficou esclarecido que a sua eleição havia sido na base percentual, apresentados pelos respectivos partidos políticos e portanto, que o eleitorado havia votado nos partidos e não nos deputados.

Quanto às preocupações referentes à actuação da polícia, estas foram mais tarde secundadas por membros da comunidade. Uma parte da resposta a estas questões foi dada quando os deputados falaram na sessão de prestação de contas que o Ministro do Interior dera a AR; contudo, relegaram também para este ministério, outras perguntas referentes ao recrutamento da polícia e medidas contra aqueles agentes envolvidos na corrupção.

Os Srs. Deputados debruçaram-se também sobre a violação dos direitos humanos, explicando que nas 2 últimas sessões a questão havia sido largamente debatida. Através do regimento, os srs. deputados explicaram que o artigo 20, alínea h estabelece que "**o deputado deve receber informações e queixas dos cidadãos, examiná-las com estes e encaminhá-las aos Órgãos da AR ou a outras instituições**", e que essa tarefa tem sido cumprida, para além dos contactos permanentes que mantêm com o eleitorado. O deputado Nihia informou que os deputados têm contactos a nível dos distritos para auscultar as opiniões.

Depois de dadas as respostas aos líderes comunitários, o Sr. MODERADOR passou a palavra aos membros da comunidade para colocarem também as suas perguntas.

O tempo disponível para esta segunda parte do Forum, permitiu que 19 intervenientes fossem ao microfone abordar as suas preocupações.

Um interveniente colocou as seguintes questões "ouvi dizer que os srs. deputados recebem as preocupações e queixas dos eleitores mas não foi divulgado onde é que essas preocupações devem ser colocadas pois, não fica bem procurar os srs. deputados nas suas residências para as expor. A partir daqui, poder-se-ia divulgar o local onde as questões devem ser encaminhadas. Por outro lado, tenho um alerta a fazer pois, brevemente, será divulgada a nova Lei do Trabalho.

Nessa lei, convinha que constasse um artigo que contemplasse a percentagem de deficientes físicos a admitir nas empresas pois, não basta que o deficiente seja protegido pela sua instituição. Houve a promessa de construção de rampas nos edifícios públicos para que os deputados pudessem ter acesso a entrada nas instituições públicas, mas não foi feito. Nem os edifícios que estão sendo construídos actualmente têm as rampas. Será que a lei ainda não entrou em vigor? Se não, devem acelerar que a lei seja cumprida".

As respostas dadas a estas questões foram "qualquer deputado pode ser procurado na Assembleia Provincial; esse deputado é convocado para ter um encontro com o cidadão. O deputado pode não só ser contactado na Assembleia da República e na Assembleia Provincial, como também em sua casa".

Sobre o problema dos deficientes, o Sr. Deputado Namuraha acrescentou "quanto à questão sobre os deficientes, todos sentimos e nós perguntamos qual terá sido a causa da sua deficiência. No nosso país existem várias associações de deficientes: deficientes de guerra, naturais, coordenadas pelo Ministério da Acção Social. Os deficientes são apoiados por esse ministério e, nas províncias, pelas Direcções Provinciais que tratam dos seus problemas. O deficiente apresenta os seus problemas aos deputados possivelmente porque, devido à sua deficiência, deve tê-los apresentado ao Governo ou outra instituição e, não os viu resolvidos. A partir daí, o deputado acompanha o assunto até que seja resolvido. É tudo quanto me cabe responder".

Um cidadão disse que como moçambicanos, não conhecíamos a nossa Constituição e quis saber "como encaram os deputados o facto de os cidadãos poderem ter conhecimento da Constituição visto que só ouvimos falar dos artigos mas não a conhecemos". A resposta dada foi "A Constituição da República é uma Lei-mãe e todos os moçambicanos têm o direito de a conhecer. Não é necessário que seja distribuída; cada um poderá comprá-la na Imprensa Nacional, onde também se vende o Boletim da República. Cada um é livre de o fazer, amigos estrangeiros que aqui vivem têm a Constituição para poderem defender os seus direitos. Nós, os deputados, somos obrigados a comprá-la para conhecermos as Leis e temos que argumentar na base da Constituição".

Ainda sobre o conhecimento da Constituição, o deputado Gemusse acrescentou "senti que o Sr. que apresentou esta questão não ficou satisfeito com a resposta dada e por isso, vou secundá-la, dizendo que independentemente do cidadão poder comprar a Constituição, tem também a possibilidade de participar no acto de elaboração da mesma. Neste momento, está em curso a reformulação da Constituição. Foi formada uma comissão ad-hoc onde serão também ouvidos os cidadãos; o cidadão terá a sua quota parte na elaboração da Constituição".

Durante esta parte do Forum, outras questões foram colocadas pelos membros da comunidade:

- qual é a posição dos deputados quanto à venda ilegal de medicamentos?
- como é visto o facto de ladrões serem detidos e imediatamente soltos pela policia, sem que haja julgamento?
- Porque se faz a reparação de estradas apenas no sul?
- porque se revistam os passageiros ao atravessarem o rio Zambeze e em alguns casos são impedidos de circular?
- quem é que tem o direito à vida, o legislador, o executivo ou o cidadão comum?
- que acções fazem os deputados para atraírem investimentos para a nossa província?
- qual é o consenso dos deputados do circulo eleitoral de Nampula para influenciar a decisão do Parlamento sobre a Lei de Terras, sabendo que as pessoas do campo dependem muito da terra?
- basta ver a nossa cidade, as estradas, foi decidido que seriam reabilitadas em 3 meses. Já se passaram. Alguém se pronuncia, agindo, estimulando o Conselho Executivo ou quem de direito para

acabar com isto?

- quanto à educação em geral, e em particular das meninas já se fez muito, mas não se poderá fazer mais? Não se poderá desviar uma verba de um outro ministério para que se eduquem melhor as meninas?

- toda a gente ficou descontente com as justificações do Ministro do Interior na Parlamento. De acordo com o regulamento, não será possível que os deputados todos façam uma moção de censura ao Ministério do Interior para que a coisa se altere definitivamente?

Passando a palavra a cada um dos Srs. Deputados, o MODERADOR fez várias chamadas de atenção por forma a que os deputados se centrassem no cerne das questões apresentadas. Ao longo deste diálogo com os seus constituintes, 2 outros deputados presentes na sala, pediram a palavra e ajudaram a responder e a esclarecer algumas questões que os seus colegas no painel não haviam feito completamente. Alguns membros da comunidade, nas suas intervenções, avançaram também com algumas propostas, antecedendo a parte de apresentação de propostas destinada aos líderes comunitários:

- " queria apelar aos deputados do circulo eleitoral de Nampula para que influenciem os outros deputados para que nas suas discussões haja um grande progresso no sentido de defender aquilo que cada deputados acha que é justiça, mesmo que o seu partido político diga que não é, para que alguém mais forte ou o partido lhe faça mudar de opinião."

- " não é completamente correcto dizer-se que nós fomos eleitos não como pessoas mas nos partidos porque, quando o povo olha para os deputados da mesa e outros que estão aqui na sala, não vê pessoas concretas. Essas pessoas foram eleitas, foram-no a nível nacional, mas foram eleitos no nosso circulo eleitoral, não noutra, para se ocuparem do nosso circulo eleitoral de Nampula."

- " não basta apenas falar do Parlamento. É preciso exigir constantemente acção do governo. O nosso povo tem produtos a apodrecer no campo e vocês sabem bem. Exigir continuamente."

- " Os deputados têm que nos ouvir. Não estamos a acusar este ou aquele partido. O que interessa é que os problemas do campo sejam aqui transmitidos."

De acordo com a agenda, os líderes comunitários membros do painel passaram a apresentar as suas contribuições:

- que os srs. deputados, ao voltarem do parlamento, façam um encontro com as mulheres dos bairros porque muitas das senhoras não conhecem os seus deputados.
- que os deputados vinculados na Comissão de Defesa e Ordem, desenvolvam um trabalho junto ao Ministério do Interior, por forma a melhorar a polícia: que seja revisto o critério de recrutamento do pessoal para a polícia; que os admitidos sejam submetidos a cursos de formação, sendo a educação cívica parte dessa formação; que o governo seja pressionado a criar melhores condições de trabalho e remuneração compatível para os quadros e agentes da polícia; que os srs. deputados da Comissão dos Assuntos Jurídicos e de Legalidade orientem o Ministério do Interior para que os agentes da polícia envolvidos em matéria criminal, para além de serem expulsos, sejam encaminhados à justiça, por forma a responderem pelos seus actos.
- que os deputados quando interromperem as suas sessões, convoquem um encontro para auscultar as preocupações das ONGs nacionais.
- que os deputados façam uma proposta de inclusão do estudo da Constituição, institucionalizado em todas as escolas.

Outras propostas foram entregues por escrito aos srs. deputados do painel.

Nas suas observações conclusivas, os srs. deputados do painel enalteceram a iniciativa do Forum Público, tendo esclarecido as tarefas que cabem ao Governo, como Órgão Executivo e as da Assembleia da República, como Órgão Legislador. O Sr. Nihia declarou "nós estamos prontos a todo o momento para receber informações e, em conjunto analisar. É necessário que haja reciprocidade; esta província é nossa, não podemos esperar que sejam os deputados a resolver todos os problemas, todos nós temos que resolver os nossos problemas".

"É desta forma que nós compreendemos a implementação da democracia no nosso país, onde todos somos chamados

a participar, a falar abertamente; é uma forma de abertura, uma forma de elevação cultural, embora de outro cariz", disse um outro deputado do painel.

"De facto valeu a pena, na medida em que fui capaz de ouvir directamente aqui em Nampula, o que pensa a comunidade, a sociedade civil", concluiu o terceiro deputado, membro do painel.

Avaliação (Nampula)

Ao responderem ao questionário de avaliação, 57% dos inquiridos considerou que seria necessário mais tempo para a realização do fórum, assim como mais tempo para os membros da comunidade colocarem as suas questões. A mesma percentagem considera este tipo de organização do fórum como boa, assim como é bom o tipo de abordagem feita pelos participantes. Contudo, 71 % dos inquiridos acha que os deputados deram informações de uma forma satisfatória, tendo um deles observado que "os deputados deveriam estar melhor preparados para responder ao seu círculo eleitoral". Por outro lado todos os entrevistados consideram que este tipo de iniciativa se deverá repetir e que gostariam de participar noutros fóruns porque acreditam que deverá haver um maior contacto entre deputados e o seu eleitorado. A maioria, (58%) crê que o fórum se deverá realizar trimestralmente e quanto ao primeiro fórum de Nampula, 71% pensa que não atingiu os seus objectivos.

III. QUELIMANE - 26 de Setembro de 1996

Local: Salão do BCM

Fizeram parte do painel as seguintes pessoas:

Moderador:

Sr. Jorge Samuel, Conselho Cristão de Moçambique

Líderes

Comunitários:

José Mussa Jorge, KUBESSA

Artur Choe, ONP

Judite Mulieca, MOCIZA

José Saísse, SOTEMAZA

Carlos Andrade, Associação dos Músicos

Deputados:

Dr. Abdul Carimo

Dr. David Aloni

Dr. António Palange

Participantes: 123

O Fórum Público teve o seu início às 14:30. Durante meia hora, o convidados assistiram à actuação de um grupo de dança de mulheres, um trio musical e 2 declamadores de poesia. O Fórum decorreu dentro do horário estabelecido, tendo terminado quando eram 18:00.

Na cidade de Quelimane, encontrava-se em visita de trabalho uma equipa de parlamentares da Comissão de Assuntos Sociais, de Género e Ambiente, que, tendo manifestado interesse em participar no Fórum, foram convidados para o evento.

Depois de ler o seu discurso de abertura, o Sr. Jorge Samuel, moderador deste Fórum, deu a palavra aos srs. líderes comunitários para colocarem as questões que haviam preparado para esta ocasião:

- Como é que os deputados ganham sensibilidade dos nossos problemas reais quando vivem fora do seu círculo eleitoral?
- Qual é o ponto de situação em relação ao cumprimento do programa do partido vencedor, apresentado aos eleitores aquando das campanhas eleitorais?

- Qual é a sensibilidade de cada uma das bancadas face ao anteprojecto da Lei de Terras?
- Que direitos estão a assegurar ao camponês na concessão de terras?
- O que faz a Assembleia da República em relação aos direitos humanos?
- Quais as perspectivas que se vislumbram na descentralização dos fundos de investimento público para permitir o cumprimento dos programas do governo na província?
- O que fazem os deputados contra a injustiça, abuso da polícia e violência, particularmente contra a mulher?
- Como é que os deputados fiscalizam a acção judicial, principalmente as condições nas prisões?
- Como é que os deputados consideram os impactos ambientais resultantes da exploração descontrolada dos recursos naturais?
- Que medidas os deputados prevêem para minimizar os efeitos nefastos das privatizações e desapropriação de bens públicos?
- O que fazem os deputados para desenvolver o seu círculo eleitoral, sabendo que a província da Zambézia é riquíssima em recursos naturais?

Considerando que as questões colocadas reflectiam os problemas específicos da província da Zambézia, os deputados foram unânimes ao considerarem as diferenças de desenvolvimento entre o norte e o sul do país, particularmente, o atraso económico da província. O Sr. Deputado António Palange afirmou " A minha bancada não está satisfeita porque especialmente a Zambézia está abandonada e é daqui que saem todas as riquezas como madeira, pedra preciosa e para aqui nada volta... para que se possa desenvolver esta província". O Sr. Deputado David Aloni acrescentou " a província da Zambézia, o meu círculo eleitoral, é talvez o mais esquecido, o mais abandonado e não é fácil nós desenvolvermo-nos enquanto tivermos a rede rodoviária como ela está".

Dada a palavra ao Sr. Deputado Abdul Carimo, e ainda sobre esta questão, ele adiantou" de facto, existe um desenvolvimento desequilibrado a nível nacional. O norte foi votado ao abandono. Quem diz isso é um deputado da bancada que está no poder, mas diz isso com consciência e digo isso porque antes de ser deputado deste círculo ou do partido vencedor, eu sou deputado que defende o interesse nacional e reconheço em primeiro lugar este desequilíbrio regional".

Dr. Palange que começou por enaltecer a iniciativa do NDI, tendo exprimido a sua satisfação por poder estar presente, juntamente com os seus colegas, no Fórum público. O Dr. Palange finalizou a sua intervenção, manifestando a esperança de poder, em conjunto com os seus colegas, trabalhar para o bem da província da Zambézia.

A seguir, foi a vez do Dr. Aloni que enalteceu também a iniciativa interessante, criadora e galvanizante do NDI, ao promevar a realização de um trabalho como o Fórum. Reconheceu os erros cometidos anteriormente, por todos os que representam as três bancadas, ao virarem-se para os seus partidos, esquecendo-se do seu eleitorado. O Dr. Aloni disse que eram todos aprendizes, mas que iriam aprender e que os seus melhores mestres eram o eleitorado. Concluiu a sua intervenção, afirmando " **continuem a ensinar-nos, continuem a criticar-nos, porque nós estamos lá por vossa causa, porque confiaram em nós e nós não gostaríamos de trair o nosso eleitorado.**"

Finalmente, o Dr. Carimo também reconheceu os erros cometidos nas primeiras sessões parlamentares, acrescentando " **discutir problemas em conjunto é extremamente benéfico e ajuda-nos cada vez mais a distinguirmos com clareza aquilo que é interesse nacional e aquilo que é interesse partidário**". Finalizou a sua alocução desejando que esta iniciativa prosseguisse. Afirmou " **quando estamos aqui no eleitorado, nós temos a responsabilidade de desenvolver a nossa província e temos a responsabilidade de defender as posições do nosso eleitorado, no conjunto do interesse nacional**".

O MODERADOR fez então a leitura do seu discurso de encerramento, e o Fórum Público terminou às 18:15h.

Avaliação (Quelimane)

De acordo com as respostas dadas ao questionário de avaliação, 63% dos inquiridos considera que o fórum deveria durar mais tempo, em vez de 3 horas. Quanto ao número de participantes, a maioria dos inquiridos, 72%, achou suficiente. Considera-se que seria necessário mais tempo para os líderes comunitários colocarem questões (54,5%), e mais tempo para membros da comunidade colocarem as suas ideias e preocupações (72%). Quanto à organização do fórum, 72% dos inquiridos considerou-as boa, enquanto todos (100%) acham que as questões apresentadas são relevantes para o trabalho dos deputados e as informações por estes dadas satisfatórias. Quanto à pergunta se o objectivo do fórum fora atingido, 54,5% considera que sim, enquanto 100% pensa que o fórum ajudou a esclarecer o trabalho da Assembleia da República. Todos consideram também que este tipo de experiência se deverá repetir, e 63,6% acha que deveria ser semestralmente. Todos gostariam de participar em futuros fóruns e pensam que deveria haver mais contacto entre deputados e o seu eleitorado.

IV. BEIRA - 02 de Outubro de 1996

Local:

Câmara do Comércio

Fizeram parte do painel as seguintes pessoas:

Moderador:

Pastor Mungói, do Concelho Cristão de Moçambique

Deputados:

Sr. Raul Domingos

Sr. Isau Meneses

Líderes

Comunitários:

Dr. Eduardo Elias, ADESSO

Sr. Domingos Inácio, SOTEMAZA

Sra. Helga Maria, AMAI APABANDA

Sr. Chimoio Castigo, OTM-CS

Sr. Komoti Ismael, Kamba Simango

Participantes: 94 participantes

Depois da apresentação de canções e danças pelo grupo cultural da Sotemaza, o MODERADOR fez a leitura do discurso de abertura do Fórum Público.

Os Líderes Comunitários, membros do painel passaram então a apresentar as suas questões, que foram sendo respondidas pelos deputados do painel:

- De que forma se relacionam os deputados com o público
- Como é que os deputados se informam e informam o público
- Qual é a ligação que os deputados têm com as ONGs na provincia
- Como é que os deputados fiscalizam o programa da extensão da rede sanitária e escolar na provincia
- Qual tem sido o papel do deputado na revisão da Lei de Terra, tendo em conta que a maior parte da população é camponesa e mais desfavorecida
- Como é que o deputado encara o problema de existirem duas ou mais pessoas proprietárias de mesmo terreno, partindo do princípio que os mais poderosos muitas vezes ganham, sobretudo quando uma parte é estrangeira e a outra nacional
- Considerando que os tribunais estão a violar a lei, em termos de

prazos previstos para as prisões prventivas, o que é que os deputados têm feito para desanuviar este clima de tensão

- Que acções têm sido desenvolvidas pelos deputados, pelo círculo eleitoral de Sofala, com vista a cumprirem a vossa função de representação e defesa dos interesses nacionais, em geral, e em particular da nossa provincia

- Qual é o estágio actual do processo de revisão da Constituição, no que toca a alguns artigos desta, aprovada em 1990 e que precisam de se adequar à actual realidade sócio-política:

a. O que se passa quanto ao hino nacional

b. informação sobre os artigos 185, 120 e 136, número 3 que têm a ver com um conflito entre dois órgãos de soberania

- Qual é a sensibilidade dos deputados em relação a problemas que enfermam os trabalhadores e a sociedade resultantes do processo de privatizações

Cada uma das questões apresentadas pelos líderes comunitários foi respondida pelos dois deputados membros do painel.

Quanto ao relacionamento dos deputados com o público e com as ONGs, os deputados foram unânimes ao afirmarem que este se faz através de visitas parlamentares, o contacto com a sociedade civil e reuniões com as comunidades. Referiram-se ao papel da comunicação social como veículo usado para transmitir ao eleitorado e ao público em geral sobre o seu trabalho, as suas opiniões. Abordando a ligação específica com as ONGs, o Sr. Deputado Meneses disse que estas eram uma das faixas da sociedade e não deveriam ser vistas de modo particular, mas sim, no contexto global. Contudo, o Sr. Deputado Domingos referindo-se ao papel desempenhado pelas ONGs na sociedade, disse que a ligação Deputado-Comunidade era feita pelas ONGs. Considerou esta questão pertinente, acrescentando "o grupo de deputados de que faço parte gostaria de ter uma relação mais formal, mais constitucional"

Sobre a extensão da rede sanitária e escolar, o Sr. Domingos explicou que através do Plano Trienal sabiam o que se deve fazer e aonde e que com base nisso, iam ao longo do tempo verificando se de facto essas coisas estavam a ser feitas ou não.

Falando sobre a Lei de Terras, o Sr. Meneses começou por explicar que se trata de uma matéria que está a ser tratada de uma maneira específica, através da Comissão de Agricultura, Poder Local e Administração que estava a fazer um trabalho de consulta, por exemplo, com a sociedade civil, de facto abrangente. O Sr. Deputado Domingos completou a resposta a esta questão,

afirmando que quando se fala de revisão significa que já se identificou que esta lei tem problemas. Acrescentou que estava-se a procurar adequá-la e que uma das coisas que o deputado estava a fazer neste momento era a auscultação da sociedade civil. O Sr. Deputado apelou a que a sociedade civil exigisse, em vez de esperar que o deputado fizesse. Finalizou, alertando para o facto de que, se a auscultação se fizer apenas em Maputo, talvez os deputados fiquem só com a sensibilidade dos problemas que se vivem em Maputo e não em todo o país, porque a lei vai ser aplicada em todo o país.

O Sr. Meneses explicou que aspectos específicos da Lei de Terra estavam a surgir, a propósito da questão sobre haver mais do que uma pessoa proprietária do mesmo terreno. Apelou a que as ONGs presentes respondessem às perguntas de modo a que pudessem levar para Maputo o que pensavam, aquilo que era o pensamento do círculo eleitoral.

Debruçando-se sobre os artigos da Constituição que suscitam dúvidas ou se contradizem o Sr. Deputado Raul Domingos disse " em relação ao conflito de soberania, eu acho que é um problema de Constituição, temos que alterar a Constituição, para resolver este tipo de problemas." No que diz respeito à alteração da Constituição como um todo, a Comissão está a trabalhar nos pontos susceptíveis de mudança. "As bancadas estão a trabalhar neste sentido, a identificar os artigos e depois vão apresentar uma lista de artigos que devem ser revistos e os motivos que ditaram a mudança... para já tomo nota de que aqui a nível de Sofala há sensibilidade em relação a este conflito de soberania entre o Presidente e a Assembleia da República. Quando eu lá for direi: - veja esse artigo."

O Sr. Deputado Meneses secundou a intervenção do seu colega, acrescentando que "a revisão contitucional não se faz do pé para a mão... quando se fala de Constituição não se fala apenas daquela parte que tem a ver com os órgãos locais de Estado. Há todo um conjunto de artigos que não se adequam à nova realidade e que serão revistos."

Ao responder à questão relacionada com as condições nas cadeias, o Sr. Domingos informou que os deputados têm estado a trabalhar no sentido de denunciar a existência desse problema. Deu o exemplo da cadeia da Gorongosa, onde havia muitos prisioneiros e entre eles, alguns sem processo. Explicou que a denúncia feita por deputados levou a que a Procuradoria da República tivesse tomada

as devidas medidas. Na sua alocução sobre o tema, o Sr. Domingos explicou ainda a diferença entre os três tipos de poderes, acrescentado "o judicial parece continuar ainda aquém das expectativas. É a este que nós também temos apelado para que crie condições de mais magistrados para que a justificação não seja aquela de que não há juiz e porque não há juiz tem-se ultrapassado o tempo das prisões preventivas. Porque isso atenta contra os direitos humanos."

O Sr. Menezes debruçou-se também sobre o mesmo tema, afirmando "é mil vezes mais fácil produzir-se um criminoso do que um jurista... o crime aumenta mas a capacidade física das cadeias não aumenta facilmente. O número de quadros para trabalharem nesta área de tribunais não é tão rápido." O Deputado concordou com o seu colega sobre o caso da Gorongosa e reconheceu os esforços que têm sido feitos para a reorganização deste sector, a reestruturação da Procuradoria da República que constituem, segundo ele, uma das manifestações que podem provar o interesse do executivo para uma eficiência e eficácia maior desses serviços.

A segunda parte do fórum, foi preenchida por membros da comunidade que foram ao microfone colocar as suas questões:

- Que tipos de lei podem os deputados imprimir, de modo a que os futuros empresários, a quem forem alienadas empresas, cumpram com o estipulado, e caso não cumpram, o que é que se deve fazer, atendendo ao relatório apresentado pela OTM que tocou na ferida sobre as privatizações
- O que é que os deputados pensam sobre a lei da indústria
- Porquê que as situações de crime no país tendem a aumentar
- Como é que os problemas de ordem social, económica e política que o país atravessa hoje, devido a ineficácia da lei que não corresponde ao actual sistema político, os deputados se atrevem a votar nos feriados dos muçulmanos
- Qual é o objectivo da adesão do nosso país a Commonwealth. Até hoje não nos foram explicados os objectivos, vantagens e desvantagens da adesão de Moçambique a CPLP
- Em Moçambique, o poder judicial é dependente do poder executivo. Como é possível
- Que experiência de democracia os deputados têm na Assembleia da República ou até que ponto a Assembleia da República é para os deputados uma experiência de exercício do processo da democratização
- A falta de condições de trabalho e o elevado custo de vida

contribuem significativamente para a instabilidade social de povo. O que é que a Assembleia da República está a fazer a volta deste assunto

- O que pensam os deputados sobre as más condições nas estradas e o não licenciamento de autocarros para essas zonas de mais difícil acesso

- Como é que os deputados fiscalizam o Chefe de Estado quando escolhe elementos que não resolvem os problemas do eleitorado

- Quais têm sido os mecanismos para a aprovação de leis e prática de acções concretas para melhorar a situação da jovem mulher, do adolescente e do jovem em geral

- O que pensam os deputados sobre a situação dos deficientes visuais que pedem esmolas para sobreviver

- Quando é que os deputados se deixarão de ideias partidárias e pessoas e começarão a resolver problemas do povo

- Em 1994 foi aprovada a lei do Mecenato que até este momento não se efectiva. Parece que a lei já está aprovada mas falta a regulação dessa mesma lei. O que é que se passa

- O que se está a fazer na Assembleia da República quanto aos estudantes a quem foram prometidas bolsas de estudo mas até hoje se encontram na mata, entregues a sua sorte

Dois membros da comunidade pediram a palavra para criticar a forma de organização do fórum, por não estarem presentes pessoas da base para discutir os seus problemas. De acordo com um dos intervenientes, não seria possível para ele, em três minutos, dizer alguma coisa credível e que o tempo deveria ser mais longo.

Outro membro da comunidade levantou-se também para criticar, desta vez, a actuação dos deputados **“tenho acompanhado com desagrado e desapontamento o decurso dos trabalhos dos nossos deputados e ficam registadas na história de Moçambique e dos moçambicanos as discussões mais baixas e sem cabimento, de homens que como seres pensantes e conscientes, personificam-se como políticos de fraca índole... que tipo de deputados são esses? Que sociedade queremos nós construir?”**

Ainda sobre a actuação dos deputados, outros membros da comunidade referiram-se ao facto de os deputados defenderem muitas vezes os seus interesses partidários e depois os pessoais, em vez de irem ao encontro aos interesses da comunidade. Contudo houve membros da comunidade que se levantaram para enaltecer e encorajar os deputados no trabalho que desenvolvem, tendo um deles dito **“agradeço que continuem a fazer o trabalho que têm vindo a fazer; não desmoralizem por**

dizerem que os deputados só discutem aspectos pessoais. E mentira, todos os moçambicanos têm rádio e estão a acompanhar tudo o que se passa na Assembleia da República.”

Na parte dedicada às mensagens proferidas pelos deputados ao seu círculo eleitoral, o Sr. Menezes disse “eu pessoalmente gostaria de aceitar humildemente as críticas apresentadas e dizer que não obstante a atitude e o estilo com que foram apresentadas, nós aceitamos como tal... como deputado, também quero agradecer o alento, a força dada e dizer que deviam partilhar connosco quando a gente diz que para nós é mais importante ouvir o que é que pensam vocês, o que pensa a sociedade civil, que ideias, que conselhos nos dão... devíamos dar mais tempo para ouvir aconselhamentos do que justificar-nos sobre como trabalhamos.”

Por seu turno, o Sr. Deputado Raul Domingos, endereçando a sua mensagem afirmou “queria exortá-los a que este seja o princípio mas que efectivamente não seja o fim do contacto permanente com o povo, de forma organizada e certa... nós como deputados temos que trabalhar com o eleitorado, ouvindo as críticas e opiniões daquele que é o nosso eleitor... o eleitorado é o nosso patrão e o deputado tem que aceitar o que o patrão quer e deve servi-lo. Este fórum foi organizado por uma ONG estrangeira, talvez sugerirmos que as nossas ONGs também aprendam a organizar fóruns destes... as ONGs deveriam a partir desta iniciativa, procurar encontrar formas de realizar fóruns destes, convidar-nos; nós participaremos, daremos o nosso contributo e tiraremos daí dividendos, pois ouviremos as críticas e tomaremos notas.”

O MODERADOR procedeu então à leitura do seu discurso de encerramento e o Fórum Público da Beira terminou por volta das 18:15.

Avaliação (Beira)

Dos questionários de avaliação preenchidos por parte dos participantes ao Fórum Público da Beira, os resultados indicam que seria necessário mais tempo para o Fórum (66.5%); quanto ao número de participantes, considera-se que foi suficiente. Em relação à distribuição de tempo, 44% acha que seria necessário mais tempo para os líderes comunitários apresentarem as suas questões, enquanto outros 44% pensam que seria necessário mais tempo para os membros da comunidade endereçarem as suas preocupações aos deputados. Também 44% dos inquiridos consideram que o número (5) de líderes comunitários do painel foi suficiente. O tipo de organização do fórum foi considerado bom por 44% dos inquiridos. Quanto à utilidade das questões apresentadas, 55% acha que o resultado foi bom e todos consideram que as questões são relevantes para o trabalho dos deputados. 80% dos inquiridos considera que as informações e esclarecimentos dados pelos deputados são satisfatórias, enquanto 50% dos mesmos responderam que o fórum atingiu o seu objectivo. Todos os inquiridos acreditam que o fórum ajudou a esclarecer o trabalho da Assembleia da República e os mesmos 100% gostariam que outros fóruns se repetissem, de 6 em 6 meses (62%). Todos concordam em participar em futuros fóruns e acreditam que deveria haver mais contacto entre os deputados e o seu eleitorado (exceptuando 12%)

V. Chimoio - 09 de Outubro de 1996

Local: Salão da Cruz Vermelha de Moçambique

Membros do painel:

Moderador:

Pastor Chinene, Conselho Cristão de Moçambique

Deputados:

Sr. Albino Faife

Sra. Catarina Enoque Dinis

Líderes

Comunitários:

Sr. Domingos dos Reis, Associação Agro-Pecuária Selva

Sra. Cristina Capece, Grupo das Mães Católicas

Sr. Brito Gremusse, Comunidade Católica

Sr. Domingos Willimas, SOTEMAZA

Sr. Paulo Majacunene, OTM-CS

Participantes: 124

Os Líderes comunitários colocaram a seguinte lista de questões:

- Como é que os nossos parlamentares encaram os efeitos do Programa de Reabilitação Económica e Social?

- Pedido de esclarecimento sobre a Lei 3794, artido 30, ponto 1 e o artigo 186, número 2 e 3, que se referem aos órgãos representativos que são eleitos e aos executivos que são designados.

- Como é que o aumento salarial não corresponde ao aumento do custo de vida?

- Porque é que os cargos latos são só para os homens e não para as mulheres?

- Como é que os deputados do círculo eleitoral de Manica têm

apresentado os nossos problemas na Assembleia da República?

- O que fazem os nossos deputados para a definição de mecanismos que visem a melhoria nas áreas da saúde e educação?

- Na quadro das privatizações, porque é que não se verificam o que está contemplado na Lei que diz que a partir de cinco anos os trabalhadores têm direito de participação?

- Como é que os deputados discutem na Assembleia da República a questão dos Direitos Humanos?

Respondendo às questões colocadas pelos líderes comunitários, a Sra. Catarina explicou que a opinião dos deputados quanto ao anteprojecto da Lei da Terra era de que se deverá contemplar ou atender aos vários problemas da massa camponesa, que é a maioria que utiliza a terra e que, segundo eles, o mecanismo fosse simplificado porque a maioria da população não entende a burocracia que existe no Governo, para conseguir a obtenção da terra.

A Sra. Deputada Catarina debruçou-se sobre os objectivos fundamentais da implementação do PRE, explicando que o baixo poder de compra da população era devido ao baixo nível de produção material que se verifica a nível nacional e as políticas impostas pela instituição financeira que é o FMI, constituído pelos financiadores do programa.

O Deputado Albino Faife falou sobre a lei dos municípios, explicando que se estudara a questão e se vira a necessidade de se introduzir uma lei que vá ao encontro da situação actual, isto é, a democracia. Garantiu que essa questão da inconstitucionalidade seria ultrapassada ao se decidir na V sessão da Assembleia da República.

O Deputado Faife falou também da desigualdade entre homens e mulheres, dando o exemplo da sua colega Catarina, que também está na Assembleia da República.. Pediu que lhe fossem indicados casos específicos de tal desigualdade, por forma a poderem actuar.

O Deputado Faife falou ainda da violação dos direitos humanos no país garantiu aos presentes que os deputados iriam trabalhar com o Governo, tal como vêm fazendo, até que esta situação se resolva. **"Penso que o deputado não é juiz e a Assembleia não é nenhum tribunal, mas faz pressão até que a pessoa**

reconheça, considere e resolva a questão."

Na segunda parte do fórum, dedicada aos membros da comunidade, estes apresentaram a seguinte lista de questões:

- Será justo que os deputados discutam sobre os seus salários e não discutam a valorização do salário que o povo está auferindo, que não é justo e não dá para sobreviver? Além disso, deixam os problemas básicos dos eleitores, para discutirem os dos seus partidos. Gostaria de saber se foram eleitos pelos partidos ou foi o povo que os elegeu?

- Gostaria que os deputados explicassem porque razão na provincia de manica, a maior parte dos deficientes não tem emprego

- Qual é a diferença entre democracia monopartidária e a multipartidária e quais são as vantagens e desvantagens de cada um dos sistemas?

- Qual é a tarefa do Estado na fiscalização dos produtos agrícolas, será que o preço oferecido pelo milho, por exemplo, acompanha de facto os coeficientes de lucro?

- Será justo que as bancadas existentes no parlamento subam ao pódium para fazer condenações umas as outras?

- O que é se está a fazer neste momento para estancar o problema dos "Chimuenjes"?

- Os deputados acham correcto que havendo, segundo a lei, livre circulação de bens e pessoas, haja uma avenida fechada na capital da provincia?

A comunidade participante no fórum, não apenas colocou questões como também avançou com algumas recomendações:

- Havia um projecto de lei que contemplava os 3 tipos de casamento, tradicional, religioso e civil. Este projecto -lei morreu, está na gaveta e hoje não sabemos como agir com aquelas famílias que não são reconhecidas pelo Estado. Proponho que haja o projecto-lei da família, para se poder levar ao público, para que a família seja protegida.

- Eu quero fazer um apelo para que o Estado não venda a terra aos estrangeiros; antes de vender a terra, seja a

quem for, que haja uma educação cívica a população porque nem todos sabem o que um título de posse de terra..

- Em nome da AMODEG, pedimos que o Governo publique uma lei que defenda o combatente porque até hoje, o ombatente não é tomado em consideração, como acontece noutras Repúblicas que conhecemos.

- Tal como nos tempos remotos, quem deveria fazer parte do corpo da polícia são os soldados desmobilizados, de acordo com o seu comportamento são.

- Quanto à atribuição de títulos de terra, a proposta que eu tenho é que para o avô camponês, o título da terra sejam os ossos do antepassado.

Os líderes comunitários presentes no painel apresentaram depois as suas propostas e recomendações para os deputados:

- É urgente a adopção de leis que privilegiem e protejam a indústria nacional, de modo a que ela esteja de pé.

- Os deputados, deviam após cada sessão da Assembleia da República, promover não em termos elitistas como partido ou bancadas, mas em conjunto, encontros com o eleitorado, para divulgar aquilo que se tratou exactamente e receber mais informações.

- Os deputados deviam accionar mecanismos legais na privatização das empresas, para casos em que o patronato viole a lei.

- Que a relação entre o deputado e o eleitorado seja uma realidade efectiva.

- Que os deputados procurem saber junto do Comando Provincial da Polícia porque razão a polícia incomoda a população nas paragens de autocarros, principalmente a que vem de Manica, mandando abrir pastas, prendendo e soltando antes de chegar à esquadra, se tiver algum dinheiro para pagar.

Na parte final do fórum, a palavra foi dada aos Srs. deputados, membros de painel, para dirigirem as suas observações ao eleitorado de Chimoio.

Começou por falar a Sra. Catarina, agradecendo a oportunidade tida para escutar o eleitorado. "Todas as questões levantadas forma muito importantes e aquelas que são de âmbito provincial serão levantadas a nível provincial e as que achamos que devemos apresentar na Assembleia, coordenaremos as actividades e apresentá-las-emos. Espero que acções como estas se repitam. Em qualquer altura, em sectores privados, toda a sociedade que achar que tem um assunto de mera importância, provincia, da cidade, da localidade, que nos contacte porque estamos à disposição."

O Sr. Deputado Faife agradeceu também aos oranzadores do evento, ao grupo cultural e a todos os que participaram no evento. Concordou com a sua colega, quanto a tarefa de canalizarem as preocupações levantadas, "não como Renamo, não como Frelimo, mas como preocupação da província de Manica, à Assembleia da República. Penso que esse é o sentimento da população da província de Manica, em relação à vida social, económica e cultural desta província..."

O MODERADOR leu então o seu discurso de encerramento e o Fórum Público de Chimoio terminou às 18:00 horas.

Avaliação (Chimoio)

Nas respostas dadas ao inquérito de avaliação, 70% dos inquiridos considera que seria necessário mais tempo para a realização do fórum. Quanto ao número de convidados, 50% acha que foi suficiente enquanto mas que deveria haver mais tempo para os líderes comunitários apresentarem as suas questões. Sobre o tempo para os membros da comunidade, 70% responderam que deveria haver mais tempo. O número de líderes comunitários no painel foi considerado de suficiente para 70% dos entrevistados. Quanto ao tipo de organização, foi considerado bom por 60%. Por outro lado, 40% dos inquiridos considerou as questões de utilidade para o trabalho dos deputados, enquanto igual número considerou este tipo de abordagem como excelente. Todos os entrevistados responderam que as questões apresentadas pelos membros da comunidade são relevantes para o trabalho dos deputados. Quanto às respostas dadas pelos deputados, 50% considera-as satisfatórias e 90% das pessoas inquiridas acha que o fórum atingiu o seu objectivo. 80% pensa que o evento ajudou a esclarecer o trabalho da Assembleia da República e todos gostariam que esta experiência se repetisse, de seis em seis meses (70%). Todos os inquiridos gostariam de participar noutros fóruns públicos e todos eles consideram que deveria haver mais contacto entre deputados e o seu eleitorado.

VI. Resultados Gerais

Os fóruns públicos realizados pela primeira vez nas quatro cidades do centro do país, constituíram uma actividade de exercício democrático, de carácter cidadão. Estiveram representadas todas as ONGs e associações de cada uma das cidades, exceptuando o caso de Quelimane, onde estiveram representados camponeses do distrito de Nante e endereçaram um problema muito pontual referente a terra. Houve questões comuns apresentadas nos quatro fóruns:

- a problemática dos direitos humanos, a condição nas cadeias
- os abusos da polícia
- o desnível económico entre o norte e o sul do país
- o problema das vias de acesso nas províncias
- as consequências das privatizações (despedimentos em massa, o não cumprimento das normas estabelecidas de protecção ao trabalhador pelas novas entidades patronais, a mudança de actividade das empresas ou fábricas privatizadas)
- a condição da mulher

Muitas foram as questões apresentadas pelos participantes, que não cabem no âmbito do trabalho dos deputados, e que dizem respeito à acção governamental, como a situação da rede sanitária, a venda ilegal de medicamentos, a construção ou reparação de pontes, o escoamento dos excedentes de produção. Em cada um dos fóruns, os deputados tiveram que intervir para explicar as funções da Assembleia da República e a divisão entre o poder legislativo e o executivo. O poder judicial não foi referido, apenas no caso da Beira, onde o Deputado Raul Domingos disse que este não funcionava como deveria funcionar.

Um aspecto de relevo relativo às questões apresentadas pelos líderes comunitários, diz respeito as propostas por eles feitas aos srs. deputados; no caso de Nampula, alguns líderes comunitários apresentaram, por escrito, uma cópia das suas propostas. Os membros da comunidade que intervíram, não se limitaram apenas a abordar problemas como também foi notório, o facto de muitos deles terem avançado não só com propostas como também

recomendações sobre o trabalho dos deputados.

o NDI produziu um inquérito de avaliação dos fóruns públicos que foi preenchido, em cada cidade, por um grupo constituído pelos líderes comunitários e moderador, membros do painel e por mais dez membros da comunidade presentes no fórum, e que foram escolhidos ao acaso, a partir dos bilhetes de entrada.

Paralelamente, o NDI realizou um encontro com os deputados que participaram nos fóruns, como membros do painel. Dos dez deputados convidados, o encontro de análise dos fóruns contou com a participação de seis deputados. De um modo geral, os deputados manifestaram a sua satisfação em terem tido a oportunidade de participar num fórum público. Todos eles concordaram com a forma de organização do fórum, bem como com o número de participantes. Os deputados consideraram relevantes para o seu trabalho, as questões colocadas pelos membros da comunidade, embora considerem que deveria haver um maior envolvimento de líderes comunitários rurais e maior participação ao nível distrital. Segundo alguns deputados, as comunidades rurais precisam de mais contacto com os seus deputados e maior esclarecimento sobre a função da Assembleia da República, do que os eleitores citadinos que têm melhor educação, maior acesso à informação e, deste modo, são mais esclarecidos.

Todos concordaram que deverá haver mais tempo para se responder às perguntas e mais tempo para para os convidados colocarem as suas questões.

Ainda neste encontro de análise dos fóruns com os deputados, foi comum a ideia de que não deve ser qualquer ONG a organizar um fórum público, mas uma organização apartidária como é o NDI ou outra. Todos os deputados neste encontro manifestaram o seu interesse em participar em futuros fóruns, excepto uma deputada que gostaria de dar a oportunidade a outro deputado, seu colega, de participar noutro fórum.

VII. Lições Aprendidas

Considerando o interesse que o NDI tem em expandir esta experiência para o resto do país, e tendo em conta todos os intervenientes no processo de avaliação dos fóruns públicos, algumas lições aprendidas ficam registadas, de modo a melhorar a organização e realização do Fórum Público, no futuro:

- Dar mais tempo aos deputados para responderem às questões colocadas;
- Dar mais tempo para os convidados colocarem as suas ideias, questões ou preocupações;
- Envolver mais comunidades rurais e líderes comunitários ao nível distrital;
- No início de um fórum, explicar aos convidados as diferenças entre os poderes executivo, legislativo e judicial, para que as questões apresentadas sejam relevantes para o caso dos legisladores;
- Fazer não apenas a transmissão directa pela rádio mas explorar as possibilidades de ligação directa por telefone, de modo a que os ouvintes possam também intervir.

ANEXOS

1. Carta dirigida à R.M. para aluguer de amplificação sonora, produção e divulgação de spot publicitário e transmissão directa do fórum.
2. Nota de imprensa distribuída aos órgãos de comunicação sobre a realização do fórum público.
3. Convite para o fórum público(Deputados).
4. Lista de convidados (preenchida pelo coordenador provincial do NDI em cada cidade).
5. Convite para o fórum público.
6. Agenda do fórum público.
7. Discurso de abertura do fórum público, lido pelo MODERADOR.
8. Discurso de encerramento do fórum público, lido pelo MODERADOR.



NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS

Fifth Floor, 1717 Massachusetts Avenue, N.W. Washington, D.C. 20036
(202) 328-3136 ■ FAX (202) 939-3166 ■ E-Mail: demos@ndi.org

1

Rua Daniel Napatima 363
Tel - 492752 - 493296
Fax - 492881
CP - 2689
Maputo

Exmo Sr.
José Durbeque
Rádio Moçambique
SOFALA

Maputo, 18 de Setembro de 1996

Assunto: Forum Público

Caro Sr. Durbeque,

O NDI promove a realização do Forum Público na cidade da Beira, no próximo dia 02 de Outubro de 1996.

O Forum Público constitui uma prática democrática, na qual deputados e eleitores tem a oportunidade de juntos dialogar. Os deputados prestam contas aos seus constituintes e estes, por sua vez, desempenham a sua participação no processo de tomada de decisões, colocando questões e avançando com propostas para uma melhor governação.

Dada a importancia deste evento, gostaria de solicitar os seguintes serviços:

- aluguer de equipamento de amplificação sonora e 5 microfones para a sala da Camara do Comércio, local onde se vai realizar o Forum;
- Produção e divulgação de um Spot Publicitário, anunciando o evento (a ser transmitido 3 dias antes e 3 vezes por dia);
- Transmissão directa do evento (das 14:30 as 18:00)

Agradeço que me mande a cotação do acima requerido ou poderá contactar as nossas coordenadoras provinciais em Sofala, Sra. Ines Sarmento ou Sra. Enia, através do telefone 35 63 48 ou pelo fax 35 33 32.

Sem outro assunto de momento, e contando desde já com a vossa colaboração, envio-lhe os meus cumprimentos


Angela Abdula
Coordenadora de Informação





NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS

Fifth Floor, 1717 Massachusetts Avenue, N.W. Washington, D.C. 20036 (202) 328-3136 ■ FAX (202) 939-3166

2

Rua Daniel Napatima 363
Tel - 492752 - 493296
Fax - 492881
CP - 2689
Maputo

NOTA DE IMPRENSA

O NDI é uma organização não-governamental apartidária, com sede em Washington D.C. e trabalha no âmbito da promoção, manutenção e fortalecimento de instituições democráticas em mais de 120 países, de sistemas democráticos novos ou emergentes.

Em Moçambique, o NDI desenvolve um programa de Educação Cívica, desde 1993. O primeiro programa, em coordenação com a CNE, levou a criação de uma rede nacional de formadores distritais que sob o lema "Vota Moçambique", conduziram sessões de educação cívica, preparando o eleitorado para as primeiras eleições multipartidárias, de Outubro de 1994.

Presentemente, o NDI leva a cabo um programa financiado pela USAID, em parceria com o Ministério da Administração Estatal, com vista ao aumento da participação dos cidadãos no sistema democrático. Este programa motivará e equipará os cidadãos para a participação e governação, ajudando-os a desenvolverem uma compreensão do processo democrático e suas instituições, e uma apreciação do seu papel no processo de tomada de decisões. O programa pretende aumentar a participação pública através da educação cívica sobre democracia, ao nível da base; promoção das organizações locais; e fornecendo oportunidades de interação e diálogo entre membros do governo, deputados e o seu eleitorado.

O NDI promove a realização do Fórum Público. Pretende-se que os Deputados e os seus constituintes iniciem um diálogo e auscultação mútua. O Fórum Público não é uma reunião política, mas constitui um exercício democrático, no qual Deputados e Eleitores tem a oportunidade de juntos dialogar: cabe aos deputados relatarem sobre o seu trabalho e os eleitores, através deste método, contribuem para o processo de tomada de decisões, manifestando as suas preocupações, colocando questões e propondo ideias para uma participação mais activa.

O Fórum Público de Nampula foi realizado no passado dia 12 de Setembro. Até a próxima sessão da Assembleia da República estão a ser preparados os seguintes foruns:

Quelimane	26 de Setembro de 1996	salão do BCM	14:30 - 18:00
Beira	02 de Outubro de 1996	Camara do Comércio	14:30 - 18:00
Chimoio	09 de Outubro de 1996	salão da CVM	14:30 - 18:00

Tratando-se de um programa piloto, o Fórum Público realiza-se apenas nas quatro cidades acima mencionadas, e o NDI espera estender o programa para as restantes cidade do país, em 1997.

Em anexo, temos o prazer de enviar a agenda do Fórum Público.





NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS

Fifth Floor, 1717 Massachusetts Avenue, N.W. Washington, D.C. 20036
(202) 328-3136 ■ FAX (202) 939-3166 ■ E-Mail: demos@ndi.org

3

Rua Daniel Napatima 363
Tel - 492752 - 493296
Fax - 492881
CP - 2689
Maputo

○○○○○○○ CONVITE ○○○○○○○

FORUM PÚBLICO

Local: Salao do BCM

Data: 26 de Setembro de 1996

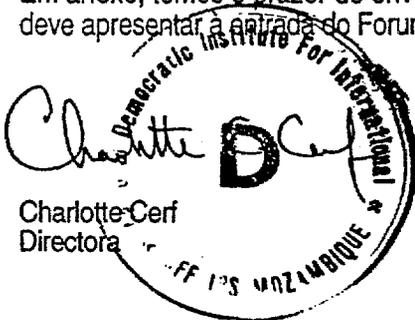
Hora: 14:30 - 18:00

O Instituto Nacional Democrático vai promover um Fórum Público na cidade de QUELIMANE; o Forum Público é uma reunião entre os eleitores e os deputados na Assembleia da República para a provincia da ZAMBEZIA.

O Forum Público não é uma reunião política mas constitui um exercício democrático, no qual Deputados e Eleitores tem a oportunidade de juntos dialogar; cabe aos deputados relatarem sobre o seu trabalho e os eleitores, através deste método, contribuem para o processo de tomada de decisões, manifestando as suas preocupações, colocando questões e propondo ideias para uma participação mais activa.

O NDI tem o prazer de convidar o deputado.....
a participar no painel do Forum Público.

Em anexo, temos o prazer de enviar a agenda, os tópicos a serem abordados e um bilhete, que deve apresentar a entrada do Forum Público.


Charlotte Cerf
Directora



31

FÓRUM PÚBLICO
LISTA DE CONVIDADOS

Governo Provincial (Um convite a cada)

Governador _____

Apoio e Controle _____

Educação _____

Saúde _____

Agricultura _____

Plano e Finanças _____

Ação Social _____

Comércio, Indústria e T. _____

Obras Públicas e Hab. _____

Construção e Aguas _____

Comando Pro. Polícia _____

Tribunal Provincial _____

Comando P. FADM _____

Igreja (Dois a cada representante)

Presbeteriana _____

Anglicana _____

Conselho Cristão _____

Conselho Islâmico _____

Associa. Mohmetana _____

Assemb. de Deus _____

Desbravadores _____

Comun. Hindu

Partidos Políticos

(Um convite a cada)

Frelimo

Renamo

MONAMO

FUMO

PPPM

SOL

PCN

UNAMO

PIMO

PT

PACODE

PADEMO

Imprensa (Um a cada)

R.M.

ICS

TVM

Rádio Encontro

Megamédia

Demos

ARO Juvenil

Savana

Diário

Domingo

O Campo

Amanhecer



NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS

5

Fifth Floor, 1717 Massachusetts Avenue, N.W. Washington, D.C. 20036
(202) 328-3136 ■ FAX (202) 939-3166 ■ E-Mail: demos@ndi.org

Rua Daniel Napatima 363
Tel - 492752 - 493296
Fax - 492881
CP - 2689
Maputo

○○○○○○○○ CONVITE ○○○○○○○○

Forum Público

Local: Cruz Vermelha de Moçambique

Data: 09 de Outubro de 1996

Hora 14:30 - 18:00

O Instituto Nacional Democrático vai promover um Forum Público na cidade de CHIMOIO; o Forum Público é uma reunião entre os eleitores e os deputados da Assembleia da República para a provincia de MANICA.

O Forum Público não é uma reunião politica mas um exercício democrático, no qual Deputados e Eleitores tem a oportunidade de juntos dialogar; cabe aos deputados relatarem sobre o seu trabalho e os eleitores, através deste método, contribuem para o processo de tomada de decisões, manifestando as suas preocupações, colocando questões e propondo ideias para uma participação mais activa.

O NDI gostaria de convidar o/a Senhor/a a fazer parte do painel, como Líder Comunitário neste evento.

Em anexo, temos o prazer de enviar a agenda e um bilhete de entrada para o Forum Público.



44

Forum Público
Chimoio, 09 de Outubro de 1996
Salão da Cruz Vermelha de Moçambique

Agenda:

- 14:30 Chegada dos participantes
Actuação de Grupo Cultural
- 15:00 Abertura e apresentação, pelo Moderador
15 minutos
- 15:15 5 Líderes Comunitários colocam questões e Srs. Deputados respondem
3 minutos para cada questão
- 16:15 Membros da Comunidade colocam questões que os Srs. Deputados respondem
3 minutos para cada questão
- 17:30 Líderes Comunitários apresentam propostas: Como melhorar a relação entre Deputados e os seus Constituintes
5 minutos para cada proposta
- 17:40 Deputados fazem observações conclusivas
- 18:00 Moderador encerra o Forum Público

Moderador: Pastor Chinene, Conselho Cristão de Moçambique

Deputados: Sr. Albino Faife
Sra. Catarina Enoque Dinis

Líderes Comunitários: Sr. Domingos dos Reis, Associação Agro-Pecuária Selva
Sra. Cristina Capece, Grupo de Mães Católicas
Sr. Brito Gramusse, Comunidade Católica
Sr. Paulo Majacunene, OTM-CS
Sr. Domingos Williams, SOTEMAZA

Boa Tarde, Senhoras e Senhores,

- Chamo-me Motiua sou do Conselho Cristão de Moçambique e fui escolhido pelas ONGs para ser o Moderador deste Forum Público.
- Em primeiro lugar, gostaria de manifestar a nossa satisfação por estarmos hoje aqui reunidos para realizar este forum.
- Saudamos a presença dos exmos srs. membros do governo provincial, os srs. deputados, os líderes comunitários e as organizações e associações não governamentais, religiosas, empresariais, culturais e desportivas que acederam ao nosso convite.
- O objectivo deste encontro é o de, em conjunto, realizarmos uma sessão de auscultação, na qual esperamos uma participação activa de todos os presentes.
- A Assembleia da Republica é uma instituição democrática que regula a nossa vida, através das funções exercidas pelos nossos deputados, como legisladores e fiscalizadores do executivo.
- A função de representantes do povo que os escolheu, só pode ser exercida através de uma estreita ligação entre eles e o povo. Esta ligação vai levar a uma maior responsabilização de todos nós, no processo de tomada de decisões.
- O Forum Público nao é uma reunião partidária. A presença dos nossos deputados aqui, está acima dos interesses partidários que cada um deles representa. Como representantes eleitos, eles devem velar pelos interesses nacionais, partindo de uma visão local dos mesmos.
- O multipartidarismo é aquilo que hoje estamos a exercer; respeitando as opções políticas de cada um, podemos em conjunto, debater os nossos problemas e avançar com ideias e propostas daquilo que pensamos ser parte da solução dos mesmos. Esta é uma forma de, como parte da sociedade civil, exercermos o nosso direito e dever de participação na governação do nossos país.

- Gostaríamos que os nossos deputados, ao voltarem para a próxima sessão da Assembleia da República, reflectissem nos seus trabalhos, os nossos interesses e preocupações.
- Não devemos confundir democracia com liberalismo: queremos, de uma forma organizada e construtiva, colocar as nossas questões que vão ser respondidas pelos srs. deputados presentes no painel. Neste forum, queremos também avançar com algumas propostas de como pensamos que os srs. deputados podem agir ou intervir em função dos nossos interesses, seus constituintes.

Gostaria de apresentar os membros do painel:

A minha direita (os Srs. Deputados)

A minha esquerda (os Srs. Líderes Comunitários)

- De acordo com a nossa agenda, vou dar a palavra aos Srs. líderes comunitários para colocarem questões que vão ser respondidas pelos srs. deputados.
- Temos uma hora para esta primeira parte. Em seguida, teremos outra hora e um quarto, dedicada aos srs. membros da comunidade, que podem vir aqui para a frente colocar questões, de uma forma resumida e clara, aos srs. deputados. Estes, na medida do possível, irão responder.
- As 17:30h, os srs. líderes comunitários irão apresentar propostas de melhoramento das relações entre deputados e os seus eleitores.
- Finalmente, os srs. deputados tomarão a palavra para nos endereçar as suas mensagens e o forum deverá terminar as 18:00h.
- Como moderador deste forum, sou compelido a fazer respeitar o cumprimento de horários, apelando para o bom desempenho da minha tarefa e a boa condução dos objectivos deste encontro, a participação objectiva de todos nós.
- O facto de termos pouco tempo para cada intervenção deve-se ao facto de pretendermos dar oportunidade a um número maior de intervenientes
- Apelo a todos os presentes ao cumprimento dos limites de tempo estabelecidos na agenda e declaro aberto o Forum Público.

**Exmos Srs.
Deputados da Assembleia da República,
Membros do Governo
Membros da Sociedade Civil**

Acabamos de realizar o primeiro Forum Público em Nampula. Esta experiência foi para todos nós uma lição de exercício democrático. Gostaria de expressar a nossa satisfação de termos atingido o objectivo a que se propunha o Forum: o de auscultação mútua entre os srs. deputados, nossos representantes na Assembleia da República e os seus eleitores.

Tratando-se de um sistema político recente para todos nós, o nosso dever é o de sabermos cuidar dele. Acreditamos que só através de um diálogo que nos aproxime, todos nós poderemos passar a desempenhar melhor os diferentes papéis que a sociedade moçambicana nos incumbe. Nós, como constituintes, queremos ser ouvidos e ouvir dos nossos representantes, o que eles fazem e como fazem.

Gostaríamos que, ao voltar para Maputo, os nossos deputados transmitissem nos seus trabalhos, aquilo que são as preocupações e aspirações da província de

Esperamos que a iniciativa que tivemos, de convidar os nossos deputados, constitua um exemplo a ser seguido por todos; só desta forma, estaremos a exercer a nossa participação activa no processo de democratização no nosso país.

A par das diferenças políticas existentes entre os nossos deputados, eles são acima de tudo representantes do povo, os interesses do povo devem sobrepôr-se aos interesses partidários de cada um. Agradecemos a presença, em primeiro lugar, dos Srs. deputados e todos os líderes comunitários que fizeram parte deste painel.

Desejamos aos nossos deputados que regressem a Maputo mais enriquecidos e desta forma o seu trabalho seja melhor exercido.

A todos os representantes, agradecemos a sua presença e sobretudo o interesse e a vontade expressos, através das intervenções aqui feitas.

Gostaríamos de felicitar a sociedade civil de Nampula pelo empenho demonstrado com vista à resolução dos nossos problemas.

Por último, os nossos agradecimentos estendem-se ao Instituto Nacional Democrático, pela promoção deste evento.

Declaro por encerrado o Forum Público de Nampula.